
Responsabilidade social: indicadores para mitigar a assimetria da informação entre as OSCIPS e seus *stakeholders*

Social responsibility: indicators to mitigate information asymmetry between OSCIPS and their stakeholders

Raiziane Cássia Freire da Silva^{1*}, Rosane Maria Seibert¹, Clea Beatriz Macagnan², Berenice Beatriz Rossner Whatuba¹

RESUMO

Este estudo visa construir uma lista de indicadores com informações representativas de responsabilidade social para evidenciar as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), em suas páginas eletrônicas de *Internet*, como meio de mitigar a assimetria da informação com seus *stakeholders*. Realizou-se levantamento de indicadores por meio de revisão da literatura, pesquisa documental e a partir da expectativa de *stakeholders* de OSCIPS. Como resultado preliminar, foi construída uma lista contendo 86 indicadores. Posteriormente a lista foi valorada e validada por especialistas e *stakeholders* de OSCIPS brasileiras. Nesse processo houve alterações, resultando numa lista final de 91 indicadores de responsabilidade social para a evidenciar as OSCIPS. O estudo contribui para o estabelecimento de políticas estratégicas de evidenciar, nas páginas eletrônicas de *Internet* das OSCIPS, fornecendo uma lista de indicadores que atendem as expectativas de seus *stakeholders*. Contribui com os órgãos fiscalizadores e reguladores possibilitando criar mecanismos de padronização das informações evidenciadas, a partir das proposições dos *stakeholders* dessas organizações.

Palavras-chave: OSCIPS; *Stakeholders*; Legitimidade; Responsabilidade social; Assimetria da informação.

ABSTRACT

This study aims to build a list of indicators with representative information of social responsibility for the disclosure of Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPS), on their Internet electronic pages, as a means of mitigating the asymmetry of information with their stakeholders. A survey of indicators was carried out through a literature review, documentary research and based on the expectations of OSCIP stakeholders. As a preliminary result, a list containing 86 indicators was built. Subsequently, the list was valued and validated by specialists and stakeholders from Brazilian OSCIPS. There were changes in this process, resulting in a final list of 91 social responsibility indicators for disclosing the OSCIPS. The study contributes to the establishment of strategic disclosure policies, on the electronic pages of the OSCIPS, providing a list of indicators that meet the expectations of their stakeholders. It contributes to the supervisory and regulatory bodies, enabling the creation of standardization mechanisms for the evidenced information, based on the propositions of the stakeholders of these organizations.

Keywords: OSCIPS; Stakeholders; Legitimacy; Social responsibility; Information asymmetry.

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo.

*E-mail: raizianef@san.uri.br

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

INTRODUÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) são Organizações Com Fins Não Econômicos (OCFNEs), que realizam atividades do interesse do Estado (ZAINON; ATAN; WAH, 2014), contribuindo com o desenvolvimento econômico por meio de serviços sociais, sem objetivo de lucro. Seus recursos são provenientes de doações de *stakeholders* que as apoiam, como governos, empresas, indivíduos, dentre outros (FLETCHER *et al.*, 2003; WIGGILL, 2014). Tanto os resultados quanto o uso dos recursos devem estar consoantes com os anseios dos *stakeholders*, no sentido de atender a expectativa estabelecida pelo contrato social existente entre as partes: organização e sociedade (ROUSSEAU, 2015). Ou seja, para as OSCIPs continuarem existindo nas comunidades onde estão inseridas, precisam atender as expectativas criadas, conquistando e/ou ampliando a confiança dos seus *stakeholders* sobre a necessidade de sua existência, para que estes as legitimem. Um caminho para a legitimação, além da conduta conforme as expectativas, é a mitigação da assimetria de informação entre os gestores das OSCIPs e seus respectivos *stakeholders*. Para tanto, a transparência sobre seu comportamento decisório e a responsabilidade social assumida são medidas que permitem a redução da assimetria de informação e podem ser estabelecidas por meio da evidenciação de informações (FLETCHER *et al.*, 2003; SEIBERT; MACAGNAN, 2019; SEIBERT; MACAGNAN; DIXON, 2021).

A evidenciação é um meio estratégico que permite às OSCIPs demonstrarem que estão cumprindo com o contrato social assumido, o que oportuniza a obtenção da legitimação; guardando uma reputação e imagem organizacional favorável, possibilitando a captação de recursos e evitando possíveis pressões públicas, sociais e políticas (CORMIER; MAGNAN, 2015; O'DONOVAN, 2002; SHOCKER; SETHI, 1973). Como a evidenciação de informações gera custos para a organização (VERRECCHIA, 2001), o uso da *Internet* apresenta-se como um canal alternativo de evidenciação onde as OSCIPs podem publicar para uma quantidade maior de *stakeholders*, com mais rapidez e menor custo, quando comparado aos meios tradicionais de evidenciação (GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTODIO, 2016; KILIÇ, 2016; SILVA; SERBEIT; JULIANE; WBATUBA, 2018). Além disso, as páginas eletrônicas da *Internet* têm crescido como meio de divulgação mais utilizado para obtenção de informações enquanto decai a utilização dos meios impressos, segundo o *Digital News Report* (REUTERS INSTITUTE, 2020).

O Brasil possui 7.780 OSCIPs (MAPA, 2019), que podem se beneficiar de recursos governamentais, por meio da formalização de termos de parcerias, conforme regulamentam as Leis 9.790 e 13.204 (1999, 2015). Parte das exigências legais está relacionada aos princípios da transparência, prestação de contas e responsabilidade social preconizados pela governança das organizações (SILVA; SEIBERT; WBATUBA; MACAGNAN, 2015; CASTILLA-POLO; RUIZ-RODRÍGUEZ, 2020). Todavia, as informações elencadas para a evidenciação ficam aquém do que poderia demonstrar a responsabilidade social e, conseqüentemente, o cumprimento do contrato social estabelecido entre as organizações e os *stakeholders* (SILVA *et al.*, 2015; SANTOS; OHAYON; PIMENTA, 2017), o que leva a assimetria da informação. A investigação realizada por Silva *et al.* (2015), que analisou as páginas eletrônicas das OSCIPs do Rio Grande do Sul, constatou a insuficiência de informações evidenciadas indicando a necessidade de melhoria no estabelecimento de políticas que atendam ao princípio de transparência organizacional.

O princípio da transparência é fundamental para a legitimação das organizações. A teoria da legitimidade pressupõe que a organização garante a legitimação e a permanência na sociedade onde atua assumindo uma conduta de responsabilidade social que retorne benefícios sociais. Assim, para que os *stakeholders* legitimem as organizações, é essencial demonstrar, por meio da evidenciação das ações desenvolvidas, o cumprimento das expectativas assumidas no contrato social firmado entre as partes (FREEMAN, 1984; LINDBLOM, 1994; SHOCKER; SETHI, 1973; PARMAR *et al.*, 2010; SUCHMAN, 1995). Tendo em vista que a revisão da literatura (DEEGAN, 2002; GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTODIO, 2016; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2017, 2019) destaca a importância da evidenciação para atender à necessidade dos *stakeholders* por transparência, com vistas a assegurar a legitimidade da organização e evitar pressões públicas, sociais e políticas, este estudo objetivou construir uma lista de indicadores de informações representativas de responsabilidade social para a evidenciação das OSCIPs, em suas páginas eletrônicas publicadas na *Internet*, como meio de mitigação da assimetria da informação com seus *stakeholders*.

A relevância do estudo ocorre pela proposta de indicadores para a evidenciação de informações que vão além daquelas encontradas na literatura, abrangendo informações baseadas nas expectativas dos *stakeholders*, que possuem o poder para

legitimar as organizações (PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003). Ainda é insipiente a publicação de pesquisas empíricas sobre evidenciação que utilizaram informações levantadas a partir da ótica dos *stakeholders* (SEIBERT et al., 2019; SEIBERT; MACAGNAN; DIXON, 2021; SILVA; MACAGNAN; SEIBERT, 2020) e, similarmente, no que tange às OSCIPs. Desse modo, a pesquisa contribui para a melhoria da evidenciação de informações dessas organizações, demonstrando quais informações interessam aos seus *stakeholders*, e reduzindo a assimetria de informação entre ambas as partes. Bem como, contribuir com os órgãos fiscalizadores e reguladores no sentido de proporcionar uma lista de indicadores que podem servir de base para estabelecer padrões de evidenciação.

Além desta introdução, este artigo é composto pela revisão da literatura, pelo processo metodológico adotado e pela descrição e discussão dos resultados encontrados. Finaliza-se com as considerações finais e as referências.

REVISÃO DA LITERATURA

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é a qualificação concedida pelo Ministério da Justiça às OCFNEs que atendam a Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999). Configuradas como um tipo de OCFNE, pertencem ao terceiro setor que é formado por organizações que oferecem produtos ou serviços que, muitas vezes, seriam de responsabilidade do governo atender à população, mas que nem sempre consegue efetivar. A existência dessas organizações permite ao governo financiar a prestação de serviços públicos e proporcionar a redistribuição voluntária da riqueza numa parceria público-privada, onde o governo entra com o recurso e as organizações com os serviços (HOFMANN; MCSWAIN, 2013; SILVA *et al.*, 2015). As OSCIPs enfrentam situações e dificuldades que colocam em risco sua sustentabilidade, por isso, faz-se necessário reformular as suas práticas de gestão, tornando-as mais profissionais e adequadas para atender as exigências dos seus *stakeholders*. Entre essas práticas está a transparência organizacional demonstrando a sua atuação com responsabilidade social (ZAINON *et al.*, 2014).

São diversos os *stakeholders* que podem ter interesses sobre as OSCIPs. Cada grupo de *stakeholders* possui interesse variado na organização. No entanto, a princípio, todos são desejosos que as organizações sejam perenes e sustentáveis, pois assim continuarão proporcionando os retornos sociais esperados e previstos nas premissas do contrato social estabelecido entre as organizações e seus públicos (FREEMAN, 1984;

PARMAR *et al.*, 2010; SHOCKER; SETHI, 1973). Os *stakeholders* das OSCIPS são constituídos por governos, empregados, fornecedores, doadores, voluntários, assistidos e a comunidade em geral (CLARKSON, 1995; PARMAR *et al.*, 2010). Eles podem afetar e ser afetados pelas atividades dessas organizações na realização de seus objetivos (FREEMAN, 1984). Portanto, são detentores de poder para legitimá-las e permiti-las continuar atuando e desenvolvendo-se na comunidade onde estão inseridas. O exercício desse poder é influenciado pela percepção quanto às ações e comportamento da organização frente as suas expectativas e necessidades. Caso não sejam atendidos, os *stakeholders* podem formar grupos de pressão, assim como, deixarem de prover recursos ameaçando a sobrevivência organizacional (CLARKSON, 1995; BALSER; MCCLUSKY, 2005).

Os resultados gerados pelas atividades da organização devem atender não apenas um grupo de *stakeholders*, mas todos os demais públicos relacionados com as mesmas. Por isso, eles devem ser reconhecidos e considerados tanto na estrutura e política organizacional quanto na tomada de decisões, pois o equilíbrio dessa relação é fundamental para a legitimação e a sobrevivência da organização (FREEMAN, 1984; PARMAR *et al.*, 2010; PHILLIPS, 2003). Em outras palavras, a legitimação da organização ocorre pela realização das atividades demandadas pelos *stakeholders*, que num segundo momento seriam evidenciadas como forma de transparência da responsabilidade assumida pelo contrato social e mitigação da assimetria da informação entre as partes contratuais.

O comportamento de transparência, mitigador de assimetria da informação, se configura pela publicação tempestiva de informações relevantes de forma clara, objetiva, completa e de qualidade, possibilitando aos *stakeholders* conhecer a organização e os impactos de suas atividades (DANTAS; ZENDERSKY; NIYAMA, 2005). A assimetria indica que o nível de informação não é o mesmo entre as partes contratuais e não há possibilidade de controle perfeito de uma parte sobre a outra (SEIBERT; MACAGNAN, 2017; STIGLITZ, 2000). Porém, as organizações podem fazer gestão sobre essa assimetria, com a intenção de reter, retardar ou não evidenciar (STIGLITZ, 2000). A redução da assimetria informacional, sustentada pelo princípio de transparência, propicia a melhoria da confiança dos *stakeholders* na organização (LEE; JOSEPH, 2013; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Logo, quanto mais transparente for a organização, maior poderá ser sua legitimidade perante seus *stakeholders* (GAZZOLA;

RATTI; AMELIO, 2017). Nesse contexto, a evidenciação, além de ser um mecanismo de transparência, que mitiga a assimetria da informação, é uma ferramenta de legitimação, pois através dela as OSCIPs podem gerenciar a percepção dos *stakeholders* para conquistar, manter, ampliar ou recuperar sua posição de legítima e merecedora de continuar atuando na sociedade em que está inserida (CORMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

A legitimidade é a percepção “de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou adequadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995, p. 574). Portanto, uma organização só será reconhecida como legítima quando cumprir com as expectativas, explícitas e implícitas, do contrato social que rege essa relação com a sociedade, devolvendo algo do interesse dela para validar sua permanência (LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; SHOCKER; SETHI, 1973). Nesse sentido, a evidenciação desempenha um papel primordial para legitimação organizacional, visto que, por meio dela a organização estará projetando uma imagem favorável ao demonstrar seus esforços para a legitimação ou, se for o caso, para evitar perda da legitimidade e a diminuição de apoio ativo dos seus *stakeholders* (CASTILLA-POLO; RUIZ-RODRÍGUEZ, 2020; CORMIER; MAGNAN, 2015; O'DONOVAN, 2002).

Entre as informações que devem ser evidenciadas estão as que comprovam o comprometimento da organização com a responsabilidade social (SEIBERT; MACAGNAN; DIXON, 2021). A responsabilidade social parte da premissa que a sociedade tem expectativas quanto ao comportamento e os resultados gerados pela organização, motivada pela ligação existente entre ambas (MACHADO FILHO, 2011). Seu conceito transita desde visões puramente econômicas até visões estratégicas, perpassando pela filantropia e atingindo a sustentabilidade da sociedade e do ambiente natural agora e para as futuras gerações (GONZALEZ-PEREZ, 2013; SEIBERT; MACAGNAN, 2019). Ela perpassa por várias categorias que representam questões que devem ser consideradas pela organização, entre as quais, destacam-se: a econômica e financeira, a social, a ambiental, a estratégica, a legal, a ética, a governança e a dos públicos da organização (CARROLL, 2016; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SEIBERT; MACAGNAN; DIXON, 2021). A responsabilidade social exige da organização a integração com seus *stakeholders* e a responsabilidade voluntária de ir além das suas obrigações legais (CARROLL, 2016; DAHLSTRUD, 2008).

A evidenciação de informações representativas de responsabilidade social configura-se como conceitos abstratos, porém, pode ser realizada através de indicadores expressivos dessas informações. Por sua vez, são medidas representativas de questões ou preocupações específicas (REMPEL; ANDISON; HANNON, 2004), ou ainda, variáveis que representam as necessidades do sistema em que as organizações estão inseridas (SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011). Eles agregam e facilitam a comunicação de informações complexas e abstratas tornando-as mais compreensíveis, mais práticas e quantificáveis, quando necessário (MINAYO, 2009).

Os indicadores desejáveis para representar a realidade de um sistema ou fenômeno são aqueles capazes de quantificar, mensurar, simplificar e comunicar informações significativas, além de tornar perceptíveis situações e fatos relevantes para análise e tomada de decisão (GALLOPÍN, 1996). Em geral, um único indicador não executa tais funções (REMPEL *et al.*, 2004), sendo necessário agrupá-los em categorias, selecionando-os com rigor a fim de que representem elementos chaves do fenômeno (SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011). No entanto, não há um consenso nos estudos teóricos e empíricos sobre quais e quantos indicadores, por categoria, se utilizar para evidenciação das diversas informações organizacionais (GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTODIO, 2016), existindo várias possibilidades. A quantidade de indicadores selecionados dependerá da complexidade do objetivo a ser alcançado (REMPEL *et al.*, 2004).

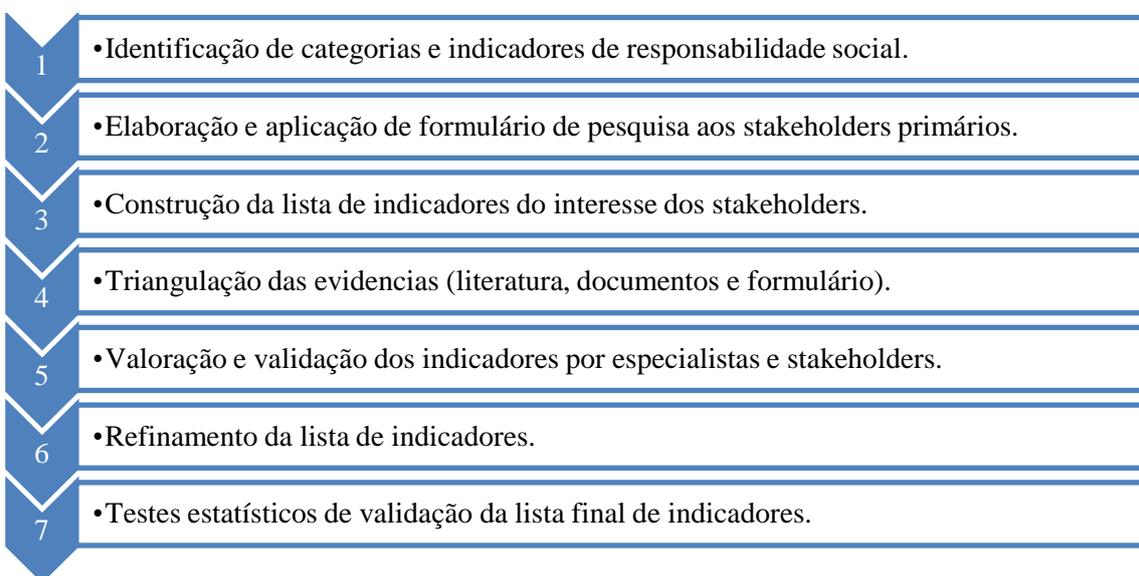
Destaca-se a existência de documentos orientativos sobre a evidenciação de informações socialmente responsáveis, produzidos e disponibilizados por entidades reconhecidas pelo trabalho desenvolvido nessa área e que podem ser utilizados por qualquer OCFNEs. Entre eles estão os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (Instituto Ethos, 2017); o Guia de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC, 2014); as Normas GRI para Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Iniciate* (GRI, 2016); a NBR 16001:2012 - Responsabilidade Social: Sistema de Gestão – Requisitos (ABNT, 2012); a NBR ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ABNT, 2010) e a SA8000:2014 – Responsabilidade Social (SAI, 2014). Esses documentos reúnem informações consideradas relevantes para evidenciação baseados na experiência e conhecimento de especialistas que contribuíram para a construção deles. Porém, ainda que esses documentos busquem abranger os interesses dos *stakeholders*, é mister interpelá-los

considerando os seus variados e específicos interesses a fim de conhecer suas necessidades para que as organizações possam estabelecer estratégias de divulgação focadas nas informações que eles consideram relevantes (SEIBERT; MACAGNAN; DIXON, 2021).

METODOLOGIA

A identificação dos indicadores de informações sobre responsabilidade social, para a evidenciação das OSCIPS foi desenvolvida em sete fases, conforme consta na figura 1.

Figura 1- Fases de pesquisa



Fonte: Autoras, 2022

Na primeira fase de pesquisa identificaram-se as categorias e os indicadores de informações sobre a responsabilidade social organizacional. Para tanto, foi realizada uma revisão na literatura teórica e empírica, bem como em documentos divulgados por organizações fomentadoras de práticas orientativas de evidenciação, tais como: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *Global Reporting Iniciate* (GRI), Instituto Ethos, *United Nations Global Compact* (UNGC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), *Securities Exchange Comission* (SEC) e *Internal Revenue Services* (IRS), dentre outros. As categorias foram utilizadas para a criação do primeiro formulário e os indicadores foram reservados para a quarta fase da pesquisa.

O formulário foi elaborado na segunda fase de pesquisa, contendo as categorias de responsabilidade social mais citadas na literatura empírica e nos documentos

orientativos revisados. As categorias foram: econômica e financeira, legal, ética, estratégica, governança, social e ambiental. Ao final do formulário também se deixou espaço oportunizando aos respondentes indicar outras informações consideradas relevantes que não se enquadravam nas categorias previamente estabelecidas. Para a aplicação do formulário, definiram-se os *stakeholders* primários. Considerou-se o que preconiza a literatura, ou seja, a organização deve conhecer suas principais partes interessadas, pois as mesmas devem atender suas necessidades e demandas em primeiro lugar (YUSOFF; LEHMAN; NASIR, 2006). Clarkson (1995) classifica os *stakeholders* primários como sendo os funcionários, clientes, fornecedores, doadores/investidores e a comunidade em geral. Portanto, esses também foram considerados como *stakeholders* primários das OSCIPs.

O formulário foi aplicado aos *stakeholders* primários de três OSCIPs, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, escolhidas por acessibilidade. Dessas OSCIPs, duas desenvolvem atividades de associações de defesa dos direitos sociais e uma desenvolve atividade de orfanato (MAPA, 2019). A aplicação do formulário deu-se em encontros com os *stakeholders* de cada OSCIP, utilizando-se da técnica de *brainstorming* (GODOI, 2004), com a tomada de ideias por escrito. Nos encontros explicou-se o objetivo da pesquisa e a definição de cada uma das categorias de responsabilidade social indicadas no formulário. Esclareceu-se que as respostas seriam individuais e livres, de acordo com o que julgassem importante para a evidenciação das OSCIPs em suas páginas de *Internet*. Esse procedimento resultou em 55 formulários respondidos. As respostas foram tratadas por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) na terceira fase da pesquisa, resultando numa lista de indicadores eleitos sob a perspectiva dos *stakeholders*.

Na sequência, quarta fase da pesquisa, foi feita a triangulação (VERGARA, 2015) dos indicadores levantados na literatura e nos documentos revisados, durante a primeira fase de pesquisa, com a lista preliminar vinda dos *stakeholders*, obtendo-se assim, a segunda versão da lista de indicadores de responsabilidade social. Essa lista foi encaminhada para a valoração e validação de especialistas e *stakeholders* de OSCIPs de todo o país.

A quinta fase da pesquisa objetivou valorar e validar os indicadores e foi subdividida em duas etapas. Para tanto, a lista vinda da fase anterior foi transformada em um segundo formulário de pesquisa, criado no *Google Form*. O formulário foi

enviado para 47 especialistas por meio da ferramenta “contato” disponível na Plataforma Lattes. Nesse formulário foi solicitado que os especialistas atribuíssem valor para cada indicador, numa escala de 1 (nada importante) a 5 (muito importante para a evidencição) (VIEIRA, 2011). Além disso, os especialistas puderam sugerir inclusão e ou exclusão de indicadores. Essa etapa retornou 17 respostas.

Simultaneamente, na segunda etapa da quinta fase, enviou-se o formulário para os *stakeholders* participantes da segunda fase, bem como, para outros *stakeholders*, de todas as regiões brasileiras, pois se considerou que essas organizações estão por todo território nacional, o que torna qualquer comunitário brasileiro um *stakeholder* desse tipo de organização. Para alcançá-los, o *link* de acesso ao formulário foi enviado por *e-mail* para 77 secretarias de programas de graduação e pós-graduação na área de negócios, distribuídos por todas as regiões do país, e solicitado que o mesmo fosse repassado para seus alunos e ex-alunos. Também foi enviado para o e-mail institucional de 50 OSCIPS distribuídas por todo o território nacional, e solicitado que o link de acesso fosse repassado para funcionários, assistidos e familiares. Além disso, foi encaminhado para grupos de *whatsapp* e *Messenger* das pesquisadoras. Apesar do esforço, foi possível coletar 224 respostas, cuja obtenção, dado a forma de coleta, foi por acessibilidade.

Com as respostas obtidas dos especialistas e dos *stakeholders*, foi possível proceder com ao refinamento da lista de indicadores, sexta fase de pesquisa. As informações que foram sugeridas para inclusão, proveniente de ambas as partes, passaram por uma nova rodada de valoração. Foi enviado para os *stakeholders*, conforme método adotado na rodada de valoração anterior, outro formulário desenvolvido no *Google Form* contendo apenas os itens sugeridos, obtendo-se 62 respostas. Com as evidências coletadas nessa fase, gerou-se a lista final de indicadores representativos de informações sobre a responsabilidade social das OSCIPS.

Na sétima e última fase da pesquisa, o objetivo foi a realização de testes estatísticos de validação da relação final de indicadores. Com os valores atribuídos nas fases anteriores, utilizou-se de estatística descritiva para calcular a média e desvio padrão de cada item da relação (YAMAMOTO, 2009). Procedeu-se, ainda, o teste de confiabilidade, calculando-se o Alpha de Cronbach, e o teste da medida de adequabilidade da amostra de Kaiser (CRONBACH, 1951; KAISER, 1968). A aplicação desses testes é relevante por possibilitar a verificação da consistência interna e

se a lista de indicadores pode ser utilizada como métrica de evidenciação, dando confiabilidade à pesquisa (BEUREN; ANGONESE, 2015; SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico são apresentados e discutidos os resultados de cada fase da pesquisa. Inicia-se pela identificação das categorias e indicadores indicados pela literatura e documentos orientativos, a definição dos *stakeholders* primários, elaboração e aplicação do primeiro formulário de pesquisa. Na sequência, se apresenta a construção da lista de indicadores sob a ótica dos *stakeholders*, o processo de valoração, validação e refinamento por especialistas e *stakeholders* e finaliza-se com os resultados encontrados na estatística descritiva, teste de confiabilidade e de adequação da amostra.

Construção dos indicadores para evidenciação

As categorias e os indicadores de informações sobre responsabilidade social para evidenciação foram identificados, na primeira fase da pesquisa, na literatura teórica, empírica e documental revisada. No quadro 1 apresenta-se as fontes revisadas para levantamento das informações. Destaca-se que, apesar da revisão ter ocorrido desde 2006, para os artigos científicos e documentos orientativos, na figura consta a partir de 2015. Para as leis e normas nacionais e internacionais a revisão ocorreu desde 1999, mas são apresentadas a partir de 2012.

Quadro 1 - Levantamento das categorias e indicadores de Responsabilidade Social

Onde foi obtido	Estudos / Documentos / Site
Literatura teórica e empírica	Correa, Gonçalves e Moraes (2015), Marquezan, Seibert, Bart, Barbosa e Alves (2015); Silva <i>et al.</i> (2015), Gallego-Álvarez e Quina-Custodio (2016), Kiliç (2016), Oliveira, Ceglia e Antônio Filho (2016), Santos et al. (2017), Carroll (2016), Gazzola et al. (2017), Seibert e Macagnan (2017), Silva et al. (2018)
Leis e normas brasileiras e internacionais	NBC ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros (CFC, 2012); NBR 16001:2012 - Responsabilidade Social: Sistema de Gestão – Requisitos (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2012); SA8000:2014 – Responsabilidade Social (Social Accountability Internacional, 2014) e AA1000SES - <i>Stakeholder Engagement Standard</i> (Accountability, 2015).
Documentos orientativos da evidenciação de responsabilidade social	Guia de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC, 2014); Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais (IBGC; GIFE, 2015); Normas GRI para Relatórios de Sustentabilidade da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI, 2016) e Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (Instituto Ethos, 2017).
Outros	Indicadores GIFE de Governança (GIFE, n. d.); Form 20-F (SEC, n. d.); Form 990 (IRS, n. d.) e no Índice de Sustentabilidade Empresário (Brasil, Bolsa & Balcão, n. d.).

Fonte: Autores, 2022

Com a revisão da literatura e dos documentos orientativos, definiu-se as principais categorias de responsabilidade social: a econômica e financeira, a social, a ambiental, a estratégica, a legal, a ética, a governança e a dos públicos da organização e elaborou-se o primeiro formulário, na primeira fase de pesquisa. Na sequência, definiram-se os *stakeholders* primários das OSCIPs e aplicou-se o formulário de pesquisa, como segunda fase. Na terceira fase realizou-se a identificação dos indicadores que atendessem aos seus interesses, para a evidência das OSCIPs. Como resultado, obteve-se uma lista de 94 itens apresentados na coluna “*Stakes*” da Tabela 1:

Tabela 1 – Relação com os resultados da revisão da literatura e documental e sugestões dos *stakeholders*.

Nº	Categ.	Indicadores	Teoria	Stakes	Relação Preliminar
1	Econômica e Financeira	Análise das Demonstrações Contábeis (Rentabilidade, Liquidez, Endividamento)		x	
2		Balancetes		x	
3		Balanço Patrimonial	x	x	x
4		Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	x		x
5		Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	x		x
6		Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	x	x	x
7		Demonstração do Fluxo de Caixa	x	x	x
8		Demonstração do Resultado do Exercício	x	x	x
9		Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)		x	x
10		Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria		x	x
11		Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	x	x	x
12		Notas Explicativas	x	x	x
13		Orçamentos Financeiros		x	x
14		Parecer do Conselho Fiscal	x	x	x
15		Parecer dos Auditores Independentes	x	x	x
16		Quantidade de Projetos Aprovados para Captação de Recursos		x	
17		Quantidade de Projetos Submetidos para Captação de Recursos		x	
18		Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	x		x
19		Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades		x	x
20		Valores Investidos em Projetos		x	x
21	Legal	Carta Constitutiva		x	
22		Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)		x	x
23		Certidões Negativas de Débito Estaduais, Federais e Municipais	x	x	x
24		CNPJ / Alvará		x	
25		Contrato Social		x	
26		Estatuto da Organização	x	x	x
27		Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição		x	x
28		Normas Internas / Regimentos Internos	x	x	x
29		Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	x	x	x
30		Relação de Multas	x	x	x
31		Respeito as Legislações Vigentes		x	
32		Resultado de Eleições		x	
33		Termo de Parceria		x	
34	Ética	Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	x	x	x
35		Código de Ética / Código de Conduta	x	x	x
36		Doações e Serviços sem fins Político-partidária		x	
37		Nº de Membros / Funcionários Envolvido em Corrupção		x	
38		Política de Prevenção e Combate a Corrupção	x	x	x
39		Respeito a Diversidade		x	
40		Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	x		x

41	Estratégica	Áreas de Atuação		X	X
42		Balanced Scorecard		X	
43		Fluxograma dos Processos Desenvolvido		X	
44		Histórico da Organização	X	X	X
45		Metas e Objetivos Organizacionais	X	X	X
46		Missão e Visão / Valores e Princípios	X	X	X
47		Planejamento Estratégico	X	X	X
48		Plano de Ação		X	
49		Projetos em Andamento		X	
50		Quem Somos Nós		X	
51	Governança	Auditoria Independente	X		X
52		Auditoria Interna	X		X
53		Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	X		X
54		Composição Cargos de Chefia		X	
55		Composição da Diretoria	X	X	X
56		Composição dos Comitês (Ética e outros)	X	X	X
57		Composição dos Conselhos (Administração, Fiscal, etc)	X	X	X
58		Contador Responsável	X		X
59		Organograma / Estrutura Organizacional	X	X	X
60		Políticas de Gestão		X	
61		Presença de Outros Comitês		X	
62	Social	Balço Social	X	X	X
63		Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	X		X
64		Crítérios para Seleção Beneficiários		X	
65		Demonstração do Valor Adicionado – DVA	X	X	X
66		Eventos Benéficos / Confraternizações		X	X
67		Informações sobre Doadores		X	
68		Investimentos Sociais	X		X
69		Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos, Vídeos)	X	X	X
70		Parceiras Sociais com outras Entidades		X	
71		Pesquisa de Diagnostico		X	
72		Política de Responsabilidade Social	X		X
73		Premiações		X	
74		Projetos Sociais	X	X	X
75		Relatório das Atividades Realizadas	X	X	X
76		Relatório de Sustentabilidade	X	X	X
77		Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	X		X
78	Público da Organização	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	X		X
79		Avaliação de Desempenho dos Funcionários	X		X
80		Campanhas Sociais com Público Interno		X	
81		Crítérios para Seleção dos Membros / Funcionários		X	
82		Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	X		X
83		Gasto com Fornecedores Locais	X	X	X
84		Investimento em Qualificação Profissional	X	X	X
85		Nº de Funcionários	X		X
86		Oportunidades de Trabalho	X		X
87		Perfil dos Funcionários	X	X	X
88		Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	X	X	X
89		Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	X		X
90		Política de Contratação de Aprendiz	X		X
91		Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	X		X
92		Política de Equidade Racial e Gênero	X		X
93		Política de Remuneração e Benefícios	X	X	X
94		Processo de Sucessão Principal Diretor	X		X
95		Produtividade dos Funcionários		X	
96		Política Recrutamento dos Conselheiros	X	X	X
97		Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	X		X
98		Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	X	X	X
99		Rotatividade de Funcionários	X		X
100		Segurança e Saúde no Trabalho	X	X	X
101	Ambiental	Ações / Tecnologias para Redução do Impacto Ambiental		X	
102		Ações para Preservação Ambiental		X	
103		Auditoria Ambiental	X		X
104		Avaliação de Impacto Ambiental (Focos de Poluição, Riscos)		X	

105	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	x		x
106	Coleta Seletiva do Lixo	x	x	x
107	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	x	x	x
108	Controle de Consumo de Materiais		x	
109	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	x	x	x
110	Desperdício de Água		x	
111	Destinação do Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico, etc)		x	x
112	Educação Ambiental	x	x	x
113	Investimentos Ambientais	x	x	x
114	Parcerias Ambientais		x	
115	Política Ambiental	x	x	x
116	Preservação / Conservação da Biodiversidade	x	x	x
117	Prevenção e Controle da Poluição do Ar	x		x
118	Projetos Ambientais	x	x	x
119	Reciclagem do Lixo	x	x	x
120	Seguro Ambiental	x		x
121	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	x	x	x
122	Volume de Resíduos Gerados		x	

Fonte: Autoras, 2022

As categorias que mais receberam sugestões de itens foram: ambiental, econômica e financeira, legal e social, indicando que as informações dessas categorias demandam maior atenção por parte das estratégias de evidenciação das OSCIPs.

No caso da categoria ambiental, essa atenção pode ser justificada pelas progressivas discussões sobre as questões ambientais e a intensificação das campanhas de conscientização ambiental, inclusive das organizações, motivando o clamor para que as mesmas adotem uma conduta ambientalmente responsável (SILVA *et al.*, 2018; YUSOFF *et al.*, 2006). As informações econômicas e financeiras, se destacam pela sua relevância em conquistar e/ou aumentar a confiança dos *stakeholders*, devendo as organizações evidenciá-las como forma de demonstrar que os recursos obtidos estão sendo geridos adequadamente (GAZZOLA *et al.*, 2017), o que também garante a legitimidade organizacional. A atenção dispensada à categoria legal demonstra que os *stakeholders* são propensos a averiguar a seriedade da organização para certificarem-se de que não estão colaborando e sendo coniventes com uma instituição fraudulenta e legalmente irresponsável. Desse modo, além de avaliar a legitimidade da organização, os *stakeholders* monitoram a execução do contrato social (LINDBLON, 1994; SEIBERT; MACAGNAN, 2017) que, neste caso, é representado pelo cumprimento das diversas obrigações legais. Já a categoria social expõe o anseio dos *stakeholders* por mais informações que evidenciem o desempenho social da organização, derivado da vontade de monitoramento para assegurarem-se que a organização está cumprindo com seu objetivo principal, que é contribuir para o bem-estar da sociedade (ZAINON *et al.*, 2014; SEIBERT; MACAGNAN; DIXON, 2021).

A revisão da literatura e documental, feita na primeira fase, além das categorias de responsabilidade social, resultou em uma lista de 77 indicadores. Esses indicadores estão apresentados na coluna “Teoria” da Tabela 1 e foram utilizados para a triangulação com aqueles sugeridos pelos *stakeholders*, identificados na terceira fase da pesquisa. Essa fase resultou em 122 indicadores, informados nas colunas “Nº” e “Indicadores” da Tabela 1. Desse total, após análise de conteúdo, foram extraídos 86 indicadores. Na análise de conteúdo foram verificados indicadores similares, redundantes e muito específicos. Além disso, para compor a lista final, foram selecionados os indicadores encontrados na revisão da literatura e/ou documental e todos os que mais vezes foram sugeridos pelos *stakeholders*. Foram excluídos os indicadores citados de uma a três vezes e que não constavam na lista vinda da revisão de literatura e documental. Os resultados estão apresentados na coluna “Relação Preliminar” da Tabela 1. Ressalta-se que grande parte dos indicadores sugeridos pelos *stakeholders*, inclusive alguns dos mais citados pelos mesmos, coincidiram com os encontrados na literatura e nos documentos de orientação consultados. Porém, alguns indicadores são específicos do interesse dos *stakeholders* das OSCIPS e não foram identificados previamente, conforme se constata na Tabela 1, observando as colunas “Teoria” e “Stakes”.

Na sequência, apresenta-se o resultado da valoração, validação e refinamento da lista de indicadores.

Valoração e validação dos itens

A lista contendo 86 indicadores foi valorada e validada por especialistas e *stakeholders*, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Relação com as médias atribuída pelos especialistas e *stakeholders*.

Nº	Categorias Econômica e Financeira	Especialistas		Stakeholders	
		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
1	Balanco Patrimonial	4,24	1,09	4,34	0,99
2	Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	4,24	1,03	4,30	1,01
3	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	3,82	1,29	4,41	1,02
4	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	3,59	1,28	3,98	1,09
5	Demonstração do Resultado do Exercício	4,47	0,87	4,38	1,03
6	Demonstração do Fluxo de Caixa	4,53	0,80	4,13	1,13
7	Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	4,53	0,94	4,40	0,91
8	Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	4,18	1,07	4,04	1,07
9	Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	3,94	0,97	4,13	1,00
10	Notas Explicativas	4,24	0,97	4,23	0,98
11	Orçamentos Financeiros	4,18	1,13	4,13	1,01
12	Parecer do Conselho Fiscal	4,47	0,80	4,14	0,98

13	Parecer dos Auditores Independentes	4,53	0,80	4,25	0,98
14	Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	4,29	0,99	4,00	1,04
15	Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	4,35	1,22	4,35	0,92
16	Valores Investidos em Projetos	4,24	1,20	4,46	0,87
Ética		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
17	Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	4,53	0,87	4,60	0,71
18	Código de Ética / Código de Conduta	4,35	0,86	4,53	0,79
19	Política de Prevenção e Combate à Corrupção	4,53	0,80	4,68	0,71
20	Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>stakeholders</i>	4,35	0,86	4,36	0,89
Legal		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
21	Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)	4,12	1,11	4,11	0,98
22	Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	3,88	1,17	4,21	0,97
23	Estatuto da Organização	4,53	0,80	4,30	0,90
24	Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	4,06	0,90	4,16	0,98
25	Normas Internas / Regimentos Internos	4,12	1,11	4,16	0,96
26	Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	4,29	0,92	4,13	1,04
27	Relação de Multas	4,00	1,06	3,88	1,08
Estratégica		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
28	Áreas de Atuação	4,71	0,59	4,35	0,84
29	Histórico da Organização	4,53	0,80	4,19	0,91
30	Metas e Objetivos Organizacionais	4,71	0,85	4,50	0,76
31	Missão e Visão / Valores e Princípios	4,59	0,62	4,41	0,83
32	Planejamento Estratégico	4,53	0,51	4,46	0,84
Governança		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
33	Auditoria Independente	4,35	0,86	4,29	0,91
34	Auditoria Interna	4,24	1,15	4,24	0,87
35	Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	4,24	0,97	4,34	0,81
36	Composição da Diretoria	4,35	0,86	4,21	0,90
37	Composição dos Comitês (Ética e outros)	4,18	0,88	4,15	0,91
38	Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	4,41	0,80	4,22	0,91
39	Contador Responsável	4,18	1,38	4,27	0,96
40	Organograma / Estrutura Organizacional	4,00	1,00	4,20	0,93
Social		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
41	Balanço Social	4,29	1,05	4,44	0,80
42	Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	4,35	0,86	4,24	0,90
43	Demonstração do Valor Adicionado – DVA	4,59	0,62	4,12	1,00
44	Eventos Benéficos / Confraternizações	3,88	1,05	3,92	0,98
45	Investimentos Sociais	4,53	0,62	4,37	0,85
46	Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos Vídeos)	4,18	1,01	4,08	0,89
47	Política de Responsabilidade Social	4,59	0,80	4,39	0,81
48	Projetos Sociais	4,76	0,44	4,46	0,84
49	Relatório das Atividades Realizadas	4,59	0,87	4,38	0,85
50	Relatório de Sustentabilidade	4,59	0,62	4,44	0,81
51	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	3,76	1,15	4,21	0,93
Públicos da Organização		Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
52	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,12	1,17	4,61	0,68
53	Avaliação de Desempenho dos Funcionários	3,94	0,97	4,19	0,97
54	Envolvimento com os <i>stakeholders</i>	4,29	0,69	4,18	0,91
55	Gasto com Fornecedores Locais	4,18	0,88	4,01	1,01
56	Investimento em Qualificação Profissional	4,12	0,78	4,45	0,83
57	Nº de Funcionários	4,00	0,87	3,88	1,17
58	Oportunidades de Trabalho	3,82	1,01	4,21	0,97
59	Perfil dos Funcionários	4,00	0,79	3,91	1,06
60	Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	3,71	0,69	3,98	1,10
61	Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	4,18	0,73	4,01	1,05
62	Política de Contratação de Aprendiz	3,53	1,07	3,96	1,07
63	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	3,88	1,27	4,16	1,04
64	Política de Equidade Racial e Gênero	4,06	1,03	3,91	1,21
65	Política de Remuneração e Benefícios	3,94	1,09	4,18	0,93
66	Processo de Sucessão Principal Diretor	4,12	0,86	3,96	1,03
67	Recrutamento dos Conselheiros	3,94	0,83	3,83	1,08
68	Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	3,71	1,05	3,67	1,13
69	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	3,88	1,27	3,78	1,10
70	Rotatividade de Funcionários	3,88	1,05	3,76	1,08

71	Segurança e Saúde no Trabalho	4,00	1,17	4,38	0,91
	Ambiental	Méd.	D.P.	Méd.	D.P.
72	Auditoria Ambiental	4,47	0,72	4,24	0,98
73	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	4,24	0,97	4,21	0,99
74	Coleta Seletiva do Lixo	4,12	1,05	4,41	0,95
75	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	4,35	0,70	4,45	0,89
76	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	4,41	0,80	4,39	0,90
77	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)	4,35	0,79	4,50	0,88
78	Educação Ambiental	4,18	1,13	4,42	0,85
79	Investimentos Ambientais	4,53	0,72	4,38	0,88
80	Política Ambiental	4,59	0,71	4,36	0,88
81	Preservação / Conversação da Biodiversidade	4,41	0,71	4,35	0,89
82	Prevenção e Controle da Poluição do Ar	4,53	0,62	4,34	0,91
83	Projetos Ambientais	4,53	0,72	4,40	0,89
84	Reciclagem do Lixo	4,35	0,61	4,46	0,82
85	Seguro Ambiental	3,82	0,95	4,04	1,07
86	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	4,65	0,49	4,52	0,80

Fonte: Autoras, 2022

Na rodada com os especialistas, todos os indicadores obtiveram valor médio acima de 3,5 e, portanto, foram considerados importantes para a evidenciação das OSCIPs. Destaca-se que o indicador projetos sociais obteve 4,76 na média e desvio padrão de 0,44, indicando maior nota média e menor variação nas notas recebidas. Já o menor valor médio foi atribuído ao indicador política de contratação de aprendiz com 3,53, apresentando um desvio padrão de 1,07, o que indica maior variação entre as notas atribuídas. Esses resultados podem ser observados na coluna “Especialistas” da Tabela 2.

Os resultados da rodada realizada com os *stakeholders* também indicam a importância de todos os indicadores e mostram pequenas diferenças entre as médias. O maior valor médio foi de 4,68 obtido pelo indicador política de prevenção e combate à corrupção, com um desvio padrão de 0,71. Já a menor média foi de 3,67 atribuída ao indicador relações com sindicatos/órgãos de classes, com desvio padrão 1,13. Esses resultados podem ser observados na coluna “*Stakeholders*” da Tabela 2 e mostram que houve maior variação entre as notas atribuídas pelos *stakeholders*, em relação aos especialistas, o que significa que os interesses desses são um pouco mais dispersos do que daqueles, em relação a um mesmo indicador.

Além da atribuição de notas, os especialistas sugeriram a inclusão dos itens “relato integrado” e “pessoas beneficiadas no ano com as atividades”, os quais foram incluídos na lista. Por outro lado, propuseram a exclusão do relatório “demonstração das origens e aplicações de recursos”, porém optou-se pela sua permanência por ser um dos relatórios contábeis citados na Lei das OSCIPs como componente da prestação de contas obrigatória ao Ministério da Justiça (BRASIL, 1999; 2015). Sugeriram ainda, a

exclusão do “balanço social” e do “relatório de sustentabilidade”, porém optou-se por mantê-los por serem relatórios que as OSCIPs podem utilizar como forma de prestação de contas aos seus *stakeholders* (SANDE; NEIVA, 2021). Os especialistas também recomendaram a redução da lista dos indicadores, no entanto, optou-se por não reduzir concordando com Beuren e Angonese (2015, p. 139): “quanto mais itens um instrumento apresentar, melhor tende a ser a percepção do nível de evidenciação e menor a probabilidade de erro”. Ademais, uma organização possui vários *stakeholders* com interesses distintos em relação às informações que devem ser evidenciadas (SEIBERT; MACAGNAN, 2017; 2019). Logo, quanto mais rica e diversificada for à evidenciação da organização, maior será o número de *stakeholders* atendidos.

Os *stakeholders*, além da atribuição de valor, sugeriram a inclusão dos itens: “público diretamente e indiretamente atendido”, “reflexo da organização no desenvolvimento local”, “informações sobre os custos”, “excelência no atendimento”, “metas atingidas” e “plano de carreira”. Dessas sugestões, optou-se por não incluir os indicadores “reflexo da organização no desenvolvimento local”, pela dificuldade de mensuração (MINAYO, 2009; SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011), e “informações sobre os custos”, por entender que essas informações já estariam evidenciadas nas demonstrações contábeis constantes da lista. Os *stakeholders*, também sugeriram a exclusão do indicador “política de equidade racial e gênero”, porém optou-se pela não exclusão por considerá-lo relevante ao julgamento do cumprimento dos direitos humanos (ABNT, 2010). Outras duas sugestões foram à exclusão do relatório contábil “demonstração das origens e aplicações de recursos” e a redução de indicadores na lista, no entanto, optou-se em não excluir o relatório contábil, bem como em não reduzir os itens da matriz, conforme justificado previamente (BEUREN; ANGONESE, 2015; BRASIL, 1999; 2015). Dessa forma, apenas incluíram-se os indicadores “público diretamente e indiretamente atendido”, “excelência no atendimento”, “metas atingidas” e “plano de carreira dos colaboradores”.

Com as inclusões proveniente das sugestões dos especialistas e *stakeholders*, a relação passou de 86 para 91 itens. Para a validação e valoração desses cinco itens se procedeu a uma fase complementar (sexta) que consistiu no envio de um novo formulário para os *stakeholders* contendo somente os itens incluídos, para atribuição de valores conforme realizado na rodada anterior. Esses resultados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Valoração complementar dos indicadores

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	D.P.
87.	Metas Atingidas	4,61	0,56
88.	Clientela Atendida (Direta e Indireta)	4,48	0,77
89.	Pesquisa de Satisfação da Clientela Atendida	4,32	0,83
90.	Plano de Carreira	4,19	0,87
91.	Relato Integrado	4,13	0,67

Fonte: Autores, 2022

No entanto, para realização dos testes, que caracteriza a sétima fase da pesquisa, não foram considerados os indicadores incluídos, pois na valoração complementar obteve-se um número de respostas menor em relação à quantidade de respostas obtidas aos itens constantes da Tabela 2. Os resultados dos testes estatísticos de validação são apresentados a seguir.

Teste dos itens

Considerando que confiabilidade e validade são importantes requisitos para qualquer instrumento de medida (MARTINS, 2006), na sétima fase da pesquisa foram adotados dois métodos de análise: o Alpha de Cronbach, para determinar a confiabilidade e a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser, para determinar a validade. Na Tabela 4 apresentam-se as medidas recomendadas e as medidas encontradas nesta pesquisa:

Tabela 4 - Medidas de confiabilidade e adequabilidade

Testes	Recomendado	Valor Obtido (P Valor)
Alpha de Cronbach	0,70	0,98
Adequabilidade da Amostra de Kaiser	0,50	0,93

Fonte: Autoras, 2022

Para encontrar o Alpha de Cronbach da lista de indicadores foram utilizado os valores atribuídos pelos especialistas e *stakeholders*, com auxílio do *software Excel*, e o valor encontrado indica a consistência interna e confiabilidade dos itens da relação construída ao longo da pesquisa. Apesar do alto grau de consistência interna, o constructo pode não ser adequado para medir o que se propõe medir, por isso, foi calculada a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser, com o auxílio do *software Eviews 9.5*. Também por meio das notas atribuídas pelos especialistas e *stakeholders*, o resultado encontrado confirma a adequação dos indicadores testados.

Ressalta-se que o tamanho da amostra influencia o valor do Alpha Cronbach e da medida de adequação da amostra. Assim, quanto maior for o número de itens

analisados, maior poderá ser o valor do Alpha e do Teste de Kaiser (HAIR JUNIOR *et al.*, 2009). Como a relação contou com 86 indicadores, este fator pode ter contribuído para alcançar os valores encontrados neste estudo, (STREINER, 2003), confirmando a confiabilidade e validade desses indicadores para a evidenciação das OSCIPS em suas páginas eletrônicas de *Internet*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou construir uma lista de indicadores de informações representativas de reponsabilidade social para a evidenciação das OSCIPS, em suas páginas eletrônicas de *Internet*, como meio de mitigação da assimetria da informação com seus *stakeholders*.

À luz da teoria da legitimidade as OSCIPs podem utilizar a evidenciação como uma ferramenta para conquistar ou manter sua legitimidade, disponibilizando aos seus *stakeholders* legitimadores, informações que demonstrem o atendimento das expectativas assumidas no contrato social, outrora firmado entre ambas as partes. Assim, os *stakeholders* reconhecem as OSCIPs como legítimas e merecedoras de permanecer atuando na sociedade em que estão inseridas. Além disso, por meio da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social, as OSCIPs demonstram transparência e minimizam a assimetria da informação entre elas e seus *stakeholders*, que é prática esperada dessas organizações.

Mediante os resultados da pesquisa, identificou-se 91 indicadores do interesse dos *stakeholders* primários, e, portanto, mitigadores da assimetria da informação, que devem ser evidenciados pelas OSCIPS para construir uma relação de confiança com os mesmos. Muitos indicadores dessa lista são semelhantes aos previamente identificados na revisão da literatura e documental, porém, outros são específicos do interesse dos *stakeholders* dessas organizações, o que demonstra a importância em ouvi-los ao estabelecer as políticas de evidenciação.

A construção dessa lista é uma proposta de melhoria das páginas eletrônicas de *Internet* dessas organizações, no sentido de evidenciar informações relevantes para seus *stakeholders* e aproveitar os benefícios que tal ferramenta pode trazer a organização quando usada de forma estratégica para o relacionamento com os *stakeholders*. A lista pode ser utilizada pelos gestores para o atendimento das expectativas de seus *stakeholders*, bem como, pelos órgãos fiscalizadores e reguladores,

no sentido de demonstrar indicadores que possam servir para estabelecer padrões de evidenciação para as OSCIPs.

A pesquisa se limitou a identificar os indicadores de evidenciação para as organizações qualificadas como OSCIPs, utilizando como meio de evidenciação suas páginas eletrônicas da *Internet*. Logo, estudos futuros poderão ampliar a pesquisa para outros tipos de organizações e outros canais de evidenciação, tais como: relatórios anuais, relatório de sustentabilidade, jornais *on-line*, jornais impressos, rádio, TV, dentre outros, como para outros meios eletrônicos e mídias sociais.

A averiguação da perspectiva dos *stakeholders*, bem como a valoração e validação dos indicadores foi feita por acessibilidade. Também, abordaram-se algumas categorias da responsabilidade social selecionando-se apenas as mais frequentes nas pesquisas empíricas e nos documentos de orientação revisados. Desse modo, sugere-se outros estudos envolvendo outras categorias da responsabilidade social, com participação de mais *stakeholders* e mais OSCIPs na amostra, possibilitando a ampliação da confiabilidade e a comparação dos resultados dessa com pesquisas futuras.

Por fim, o estudo foi desenvolvido à luz da teoria da legitimidade, não tendo sido contempladas outras teorias de igual relevância para o estudo da evidenciação, tais como: teoria da agência, teoria dos custos políticos e da evidenciação discricionária. Essas teorias e pressupostos teóricos podem ser estudados, separadamente ou em conjunto, em pesquisas futuras sobre a evidenciação de informações das OSCIPs.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000:2010**. Rio de Janeiro: Autor, 2010

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16001:2012**. Rio de Janeiro: Autor, 2012

ACCOUNTABILITY. **AA1000SES - Stakeholder Engagement Standard**. 2015. Disponível em <https://www.accountability.org/standards/>. Acesso em 24 abr. 2020

BALSER, D.; MCCLUSKY, J. Managing stakeholder relationships and nonprofit organization effectiveness. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 15, n. 3, p. 295-315, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1002/nml.70>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BEUREN, I. M.; ANGONESE, R. Instrumentos para determinação do índice de evidenciação de informações contábeis. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 8, n. 1, 120-144, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/reen.v8e12015120-144>

BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Índice de sustentabilidade empresarial**. Disponível em: <http://indicadores.isebvmf.com.br/questionnaires/downloads>. Acesso em 24 ab. 2020

BRASIL. **Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em 24 jul. 2020.

_____. **Lei nº. 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera as Leis nºs 13.019, de 31 de julho de 2014; 8.429, de 2 de julho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de agosto de 1935. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113204.htm. Acesso em 24 jul. 2020.

CARROLL, A. B. Social issues in management: comments on the past and future. **Busines & Society**, n. 22, p. 1-7. DOI: 10.1177/0007650316680044

CASTILA-POLO, F.; RUIZ-RODRÍGUEZ, M. D. C. Do well-reputed companies carry out hagher quality social reporting? **Ahead-of-print**, p. 1-29, 2020. DOI: 10.1108/JIC-06-2020-0214.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2002 (R1)**. Disponível em [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf). Acesso em 14 mai. 2020

CLARKSON, M. B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995 DOI: <https://doi.org/10.2307/258888>

COOPER, S. M.; OWEN, D. L. Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7, p. 649-667, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.02.001>

CORMIER, D.; MAGNAN, M. The economic relevance of environmental disclosure and its impact on corporate legitimacy: an empirical investigation. **Business Strategy and the Environment**, v. 24, n. 6, p. 431-450, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.1829>

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. O. Disclosure ambiental das companhias do setor petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBovespa: Uma análise à luz da teoria da legitimidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 139-154, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5585/geas.v4i3.254>

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometria**, v. 16, n. 3, p. 297- 334, 1951. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF02310555>

- DAHLSRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.132>
- DANASTAS, L.; GADENNE, D. Social and environmental NGOs as users of corporate social disclosure. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 8, n. 1, p. 85-102, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1142/S1464333206002323>
- DANTAS, J. A., ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005
- DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures-a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- FLETCHER, A.; GUTHRIE, J.; STEANE, P.; ROOS, G.; PIKE, S. Mapping stakeholder perceptions for a third sector organization. **Journal of Intellectual Capital**, n. 3, 505-527, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1108/14691930310504536>
- FREEMAN, E. R. **Strategic management: A stakeholder approach**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984
- GALLEGO-ÁLVAREZ, I.; QUINA-CUSTODIO, I. A. Disclosure of corporate social responsibility information and explanatory factors. **Online Information Review**, v. 40, n. 2, p. 218-238, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-04-2015-0116>
- GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, v. 1, p. 101-117, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01874899>
- GAZZOLA, P.; RATTI, M.; AMELIO, S. CSR and sustainability report for nonprofit organizations: an Italian best practice. **Management Dynamics in the Knowledge Economy**, v.5, n. 3, p. 355-376, 2017.
- GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Indicadores GIFE de Governança**. Disponível em <http://gife.org.br/indicadores-gife-de-governanca>. Acesso em 24 abr. 2020
- GODOI, M. H. P. C. **Brainstorming: como atingir metas**. São Paulo: INDG, 2004
- GONZALEZ-PEREZ, M. A. Corporate social responsibility and international business: A conceptual overview. **Advances in Sustainability and Environmental Justice**, v. 11, p. 1-35, 2013.
- GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Normas GRI para relatórios de sustentabilidade**. 2016.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HAIR JUNIOR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, J. B.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOFMANN, M. A.; MCSWAIN, D. Financial disclosure management in the nonprofit sector: a framework for past and future research. **Journal of Accounting Literature**, v. 32, p. 61-87, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2013.10.003>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA; GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Guia das melhores práticas de governança para Institutos e Fundações empresariais** (2a. ed.) São Paulo: IBGC; GIFE, 2014.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. São Paulo: Autor, 2017.

INTERNAL REVENUE SERVICES. **Form 990**. Recuperado em 11 de maio, 2017 de <http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/f990.pdf>.

KAISER, H. F. A measure of the average intercorrelation. **Educational and Psychological Measurement**, n. 28, p. 245-247, 1968.

KILIÇ, M. Online corporate social responsibility (CSR) disclosure in the banking industry: Evidence from Turkey. **International Journal of Bank Marketing**, v. 34, n. 4, p. 550-569, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJBM-04-2015-0060>

LEE, R. L.; JOSEPH, R. C. (2013). An examination of web disclosure and organizational transparency. **Computers in Human Behavior**, v. 29, n. 6, p. 2218-2224, 2003.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. **Critical Perspectives on Accounting Conference**, New York, 1994.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARQUEZAN, L. H. F.; SEIBERT, R. M.; BARTZ, D.; BARBOSA, M. A. G.; ALVES, T. W. Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v.18, n.1, p. 127-150, 2015.

MARTINS, G. A. Sobre confiabilidade e validade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 8, n. 20, p. 1-12, 2006.

MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. 2019. Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>. Acesso em 03 mar. 2019.

MINAYO, M. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n. 1, p. 83-91, 2009. DOI: 10.1590/S0100-55022009000500009.

- O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability & predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002. DOI: 10.1108/09513570210435870
- OLIVEIRA, M. C.; CEGLIA, D.; ANTÔNIO FILHO, F. Analysis of corporate governance disclosure: a study through BRICS countries. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v. 16, n. 5, p. 923-940, 2016. DOI: 10.1108/CG-12-2015-0159
- PARMAR, B. L. et al. Stakeholder theory: the state of the art. **The Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.
- REMPEL, R. S.; ANDISON, D. W.; HANNON, S. J. Guiding principles for developing an indicator and monitoring framework. **The Forestry Chronicle**, v. 80, n. 1, p. 82 – 90, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5558/tfc80082-1>
- REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2020**. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf. Acesso em 21 abr. 2021.
- ROUSSEAU, J. J. **O contrato social: princípios do direito público** (2a. ed.) São Paulo: EDIPRO, 2015.
- SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNACIONAL. **SA8000:2014**. New York: Autor.
- SANTOS, C. M. V.; OHAYON, P.; PIMENTA, M. M. Disclosure via website e as características das empresas do terceiro setor: um estudo empírico das entidades cariocas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 10, n. 1, p. 73-90, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14392/ASAA.2017100105>
- SANDE, S.; NEIVA, A. **Contabilidade Geral e Avançada**. Rio de Janeiro: Método, 2021.
- SAO JOSE, A. S.; FIGUEIREDO, M. A. G. Modelo de proposição de indicadores globais para organização das informações de responsabilidade social. In.: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 7., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIRJAN, 2011
- SECURITIES EXCHANGE COMMISSION. **Form 20-F**. Recuperado em 2 de agosto, 2020 de <http://www.sec.gov/about/forms>
- SEIBERT, R. M., MACAGNAN, C; DIXON, R. Priority Stakeholders' Perception: Social Responsibility Indicators. **Sustainability**, v. 13, n. 3, p.1034. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13031034>
- SEIBERT, R. M., MACAGNAN, C.; DIXON, R.; SIMON, D. Social responsibility indicators: Perspective of stakeholders in Brazil and in the United Kingdom. **International Journal of Disclosure and governance**, v. 16, n. 2-3, p. 128-144, 2019. DOI:10.1057%2Fs41310-019-00062-0

SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. Social responsibility disclosure determinants by philanthropic higher education institutions. **Meditari Accountancy Research**, v. 27, n. 2, p. 258-286, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2018-0328>

SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. B. **Responsabilidade social: a transparência das instituições de ensino superior filantrópicas**. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. **California Management Review**, v. XV, n. 4, p. 97-105, 1973

SILVA, L.; MACAGNAN, C.; SEIBERT, R. Indicadores de disclosure para fundos de pensão brasileiros. In. SEMEAD - Seminário em Administração, 23., 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA- USP, 2020.

SILVA, R.; SEIBERT, R. Responsabilidade social: Relatórios e indicadores de evidenciação para OSCIPs a partir da perspectiva dos stakeholders. **Revista GESTO**, Edição Especial, p. 105-122, 2017.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; WBATUBA, B. B. R.; MACAGNAN, C. B. As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPs do RS. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 3, 24-44, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5773/rgsa.v9i3.1104>

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; JULIANI, L. I.; WBATUBA, B. B. R. Evidenciação ambiental: uma análise nas corporações brasileiras de alto impacto ambiental listadas na BM&Fbovespa. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 9, n. 3, p. 46-71, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v9i3.705>

STIGLITZ, J. The contributions of the economics of information to twentieth century economics. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 4, p. 1441-1478, 2000

STREINER, D. L. Starting at the beginning: an introduction to coefficient alpha and internal consistency. **Journal of personality assessment**, v. 80, n. 1, p. 99-103, 2003.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Guide to Corporate Sustainability: shaping a sustainable future**. New York: Autor, 2014.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração** (4ª. Ed.) São Paulo: Atlas, 2010

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1, p.97-180. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)

VIEIRA, V. A. **Escalas em marketing: métricas de respostas do consumidor e de desempenho empresarial**. São Paulo: Atlas, 2011.

WIGGILL, M. Donor relationship management practices in the South African non-profit sector. **Public Relations Review**, v. 40, p. 278–285, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.10.005>

YAMAMOTO, R. K. **Estudo dirigido de estatística descritiva**. São Paulo: Erica, 2009.

YUSOFF, H.; LEHMAN, G.; NASIR, N. Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story. **Asian Review of Accounting**, v. 14, p. 122-148, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1108/13217340610729509>

ZAINON, S.; ATAN, R.; WAH, Y. B. An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. **Asian Review of Accounting**, v. 22, n. 1, p. 35-55, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/ARA-04-2013-0026>